

# Algumas reflexões sobre as razões das derrotas e vitórias nos conflitos humanos coletivos

Reis Friede\*

Os fatores *objetivos* do *poder* de uma nação podem ser sintetizados na *massa crítica* de um país, ou seja, a dimensão populacional e territorial, somadas à sua *economia* e ao seu *poderio militar*. Ray Cline, em sua consagrada obra *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift* (Boulder, Colorado, Westview Press, Inc., 1977), já advertia que, mais importante que tais fatores, destacam-se a existência de uma *estratégia* (consistente e muito bem elaborada) e de uma correspondente *determinação nacional* em alcançá-la (fatores *subjetivos* do Poder, segundo seu entendimento), sendo cediço concluir que estes (últimos) despontam como os verdadeiros elementos que permitem a real mensuração perceptiva do poder nacional de um Estado no contexto global.

Não por acaso, a sua consagrada fórmula de quantificação do Poder Nacional considera a soma dos dois últimos elementos como fator multiplicador dos três primeiros:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W)$$

Legenda:

Pp: Poder perceptível

C: Massa crítica = população + território

E: Capacidade econômica

M: Capacidade militar

S: Estratégia nacional

W: Determinação nacional (em perseguir a estratégia nacional)

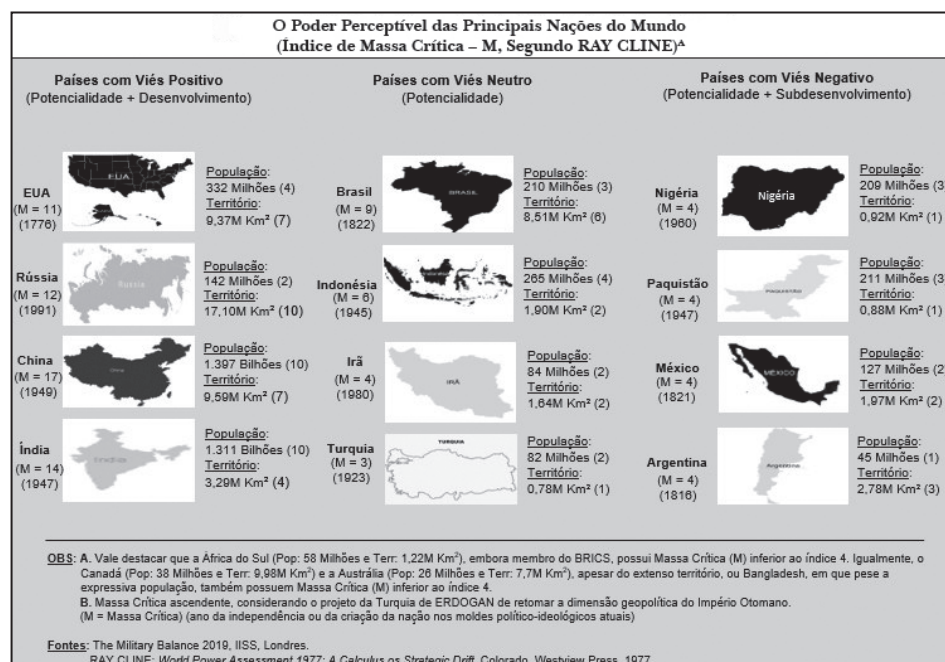


Figura 1

Fontes: The Military Balance 2019, IISS, Londres; Ray Cline, World Power Assessment 1977: A Calculus of Strategic Drift, Colorado, Westview Press, 1977

\* Desembargador federal, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), professor honoris causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: [reisfriede@hotmail.com](mailto:reisfriede@hotmail.com)

No contexto específico dos conflitos humanos coletivos, em forçada analogia, também resta fundamental a exata percepção de todas as características inerentes ao contexto conflitual, particularmente no âmbito do que convencionalmente chamamos de *Grande Estratégia* de uma nação (em que naturalmente os fatores *subjetivos* do Poder se sobressaem). Ainda, e talvez até de modo mais incisivo, a perfeita *identificação* dos verdadeiros adversários e seus correspondentes antagonistas, que devem ser necessariamente derrotados no campo de batalha (localizado ou mesmo global). Não por outra razão, a explicação do almejado sucesso (ou do malquisto insucesso) das nações envolvidas em históricos conflitos encontra-se nessa assertiva.

Essa (rara e preciosa) habilidade foi muito bem capitaneada por alguns estadistas<sup>1</sup>, a exemplo de Ronald Reagan (1981-1989), que muito bem percebeu, especialmente nos últimos anos da Guerra Fria (1947-1991), que não existia, no contexto geopolítico global, uma simplória (e restritiva) situação (como defendiam os menos esclarecidos) de *bipolaridade confrontativa* entre os Estados Unidos (representando a democracia liberal) e a antiga União Soviética (simbolizando o totalitarismo comunista); posto que havia, em uma análise mais consentânea do contexto histórico observado naquela oportunidade, de forma completamente diversa, uma autêntica (e mais complexa) realidade *tripolar*, a incluir – além das duas entidades nacionais já mencionadas – um terceiro polo de poder global, capitaneado por uma concepção embrionária do *globalismo*<sup>2</sup>, à época denominada, dentre outras expressões, por *complexo transnacional*.

Acreditar que ainda vivemos em um mundo *bipolar* é ignorar toda uma série de acontecimentos passados nas décadas de 1960 e 1970, que modificaram, sensivelmente, o ambiente internacional e suas projeções de poder.

O assassinato do presidente dos Estados Unidos da América John F. Kennedy, em 1963 (e do candidato Robert Kennedy, em 1968), celebrou um marco para uma melhor compreensão em relação à existência de um *terceiro polo* de poder global, que tomou corpo e forma e se expandiu, sem obstáculos, com a convivência da coexistência pacífica, a tal ponto que, no início

dos anos 1980, sua existência já era reconhecida por uma considerável parcela de estudiosos: trata-se das empresas transnacionais.

(...)

Os Estados Unidos, inegavelmente, descuidaram-se de sua posição, na década de 1950, dividindo o poder global com a URSS (ainda que mais de uma forma militar do que propriamente econômica) (...)

Entretanto, os norte-americanos, com seu discurso anticolonialista, preocuparam-se em preservar a supremacia econômica, mediante, sobretudo, uma nova forma de relacionamento comercial a que muitos passaram a se referir pelo termo ‘neocolonialismo’. Esse evento foi promovido por meio das chamadas empresas multinacionais de capital transnacional e de objetivos transideológicos.

Alguns norte-americanos ignoravam (ou ainda ignoram) a vastidão do poder econômico que exercem as empresas transnacionais com sede nos EUA. É suficiente ressaltar que, das 100 maiores entidades econômicas existentes no planeta, mais da metade são empresas transnacionais.

Esse fruto do neocapitalismo, por sua própria natureza, age independentemente (da vontade nacional) por intermédio de uma forma autônoma de atuação e, por essa razão, nem sempre é possível coincidir os seus objetivos e seus correspondentes interesses transideológicos com os da sua nação matriz: os Estados Unidos.

Alguns observadores são de parecer que as companhias transnacionais representam (até mesmo) uma violação da soberania nacional e, assim, devido ao fato de que grande parte da capacidade industrial americana reside nessas companhias, o país continuará a debater-se com os problemas dos conflitos entre essas empresas e o Estado. Com base em experiências anteriores, é razoável esperar que, cada vez mais, esses conflitos se resolvam em favor dos interesses empresariais.

(...)

Vale relembrar que o fim dos movimentos nazifascistas reduziu a participação da economia capitalista nacional no mundo, fortalecendo, novamente, o capitalismo liberal, já recomposto da crise de 1929, ainda que com novas formas de atuação nos âmbitos doméstico e internacional.

Aproveitando o colapso de ideologia nacionalista, nos anos posteriores à década de 1950, o novo capitalismo liberal surgiu com novos conceitos, que, conservando sua essência, modificaram substancialmente suas li-

nhas de ação. Uma dessas modificações foi a introdução da chamada *transnacionalização* do capital.

A partir dessas mudanças, o novo capitalismo liberal – ou, em termos mais precisos, neocapitalismo – foi se fortalecendo, criando verdadeiros conglomerados econômicos com completa autonomia e poder econômico superior, inclusive, ao de muitos Estados soberanos.

Essa repentina ação de pretensa violação à soberania nacional veio a despertar uma reação nacionalista em todo o mundo capitalista, sobretudo nos Estados Unidos, que detectou um súbito crescimento econômico das principais potências ocidentais, diretamente alinhadas com os EUA, ainda no último quartel do século XX, como o Japão e a antiga República Federal da Alemanha – RFA, às custas, sobretudo, do capital pertencente às multinacionais norte-americanas.

A intervenção do Estado na economia, que vem ocorrendo nos principais países capitalistas, e também no Japão e na antiga RFA (que, embora tenham crescido economicamente por meio dessas empresas, não detêm o capital, que continua sob controle das empresas transnacionais), vem, ao contrário do objetivo reacionário, enfraquecendo a autonomia política e econômica, particularmente dos Estados Unidos.

(...)

Nunca é demais lembrar que a economia e a política são intimamente inter-relacionadas, se não interdependentes. A noção histórica é que o poder nacional deriva fundamentalmente do poder econômico. Em três períodos de desenvolvimento histórico – antigo, feudal e moderno –, o poder econômico fez parte essencial do desenvolvimento do poder político. Até hoje, o Produto Interno Bruto (PIB), como indicador econômico, é empregado como escalão do poder político internacional.

Devido à estreita relação entre o poderio econômico e o político, o envolvimento (nas questões políticas) é inevitável para os gigantes empresariais, que controlam parte tão vultosa dos recursos mundiais.

Pela ótica estadunidense, uma das soluções foi conceber uma explosão reacionária neoconservadora, como a implementada (à época) por Ronald Reagan, que, defendendo o fim da intervenção do Estado na economia (no contexto interno) e o reinício de um novo confronto no âmbito da Guerra Fria (no contexto externo), objetivou explorar o choque de interesse das transnacionais com o polo comunista de poder: a União Soviética.

(...)

É sábio reconhecer, todavia, que a complexidade do mundo determina uma série de reações ou efeitos colaterais às diversas ações objetivas.

Poucos poderiam imaginar que o equilíbrio do poder global, depois de 1945, estaria garantido pela Guerra Fria, que, longe de ameaçar a paz e a segurança do mundo, resguardava-a. Nesse sentido, a política da coexistência pacífica, efetivamente introduzida pelo governo Nixon, veio a desequilibrar a difícil correlação de poder mundial, fortalecendo, incrivelmente, as empresas transnacionais, que iniciaram uma nova tendência internacional à multipolarização.

A confrontação ideológica antagonica latente entre as duas superpotências representava, paradoxalmente, a garantia da coesão do grupo capitalista e socialista. À medida que se iniciaram os primeiros passos em direção à coexistência pacífica (sob os governos americanos Nixon, Ford e Carter e sob a liderança soviética de Brejnev), inaugurou-se uma nova era de interdependência, ampliando o processo de destruição da unidade comunista, muito bem observado com a ruptura da China e da Albânia, e quebrando a unidade do grupo capitalista com a ruptura francesa e o crescimento geopolítico da Europa Ocidental e do Japão (e, mais tarde, dos chamados ‘Tigres Asiáticos’).

Os anos 1980 e 1990 foram, nesse sentido, o palco do surgimento de um processo que catapultou novas potências (no caso atual, a China) e que gerou o fenômeno hoje conhecido por globalismo. (REIS FRIEDE. *O Poderio Soviético e a Política de Defesa de Moscou*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Irradiação Cultural, 1980, p. 46-55)

A ideia central reveladora do poder transnacional restou mais evidente quando muitas empresas – oficialmente de nacionalidade norte-americana – passaram a não mais se identificar no contexto dessa concepção originária.

(...) o nosso objetivo é estar presente em todos os países. Na Ford Motor Co. trabalhamos em uma escala de um mapa mundial sem fronteiras. Não nos consideramos exclusivamente uma empresa norte-americana. Somos um conglomerado multinacional. Ao estabelecermos relações com um governo que não aprecia os EUA, perguntamos sempre: quem prefere? O Reino Unido? A Alemanha? (...) Dispomos de uma infinidade de bandeiras. (ROBERT STEVENSON, vice-presidente da Ford. *Business Week*, 1970, *apud* CH. PALLOIX. *Las Firms Multinacionales y el Proceso de Internacionalización*. Madri, Siglo XXI, 1975)

Destarte, o problema que conduziu o mundo ao grande desafio da presente centúria – protagonizado pela não aceitação da Nova Ordem Internacional pela China (na qualidade de potência *disruptiva*), pela Rússia (na qualidade de potência *revisionista*) e, em parte, pela Índia (na qualidade de potência *reativa*) – foi (e continua a ser) a *imprecisa* identificação dos adversários potenciais (atuais e futuros) dos EUA, mediante a baixa percepção dos efeitos do globalismo nas relações globais.

O problema não é de perda da soberania jurídica, mas de perda da autonomia política e econômica. A maioria dos Estados retém o controle... e consegue alcançar seus objetivos. Apenas tem mais dificuldade em realizá-lo. (JOSEPH S. NYE JR. e ROBERT D. KEOHANE. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Little, Brown, 1977)

Nessa mesma linha de raciocínio, Charles P. Kindleberger (cf. *A Economia Mundial: as Empresas Multinacionais*. Rio de Janeiro, Salvat Ed., 1979, p. 106) afirma que

o capital não tem nacionalidade; ele atua em todos os países que interessam ao ritmo de expansão e dos lucros da empresa, pouco importando considerações de soberania (...), sendo certo que a ação das empresas multinacionais (ou, em linguagem mais técnica, transnacionais) influi em todos os ramos da economia, mas, sobretudo, nas ‘indústrias de ponta’ (...) e que, nesse processo, a nacionalidade do capital simplesmente desaparece (...).

E ainda:

A técnica extraordinária e as abundantes fontes de capital da indústria norte-americana permitiram-nos criar a mais notável prosperidade em tempo de paz de toda a história do país. Para que isso continue, há alguns anos que temos procurado saídas adicionais para os capitais nos mercados estrangeiros. Para numerosas empresas, inclusive a General Electric, os mercados estrangeiros oferecem as oportunidades de expansão mais promissoras que podemos imaginar. (JOHN D. LOCKTON, Tesoureiro da General Electric Co., 1965, *apud A Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Salvat Ed., 1979, p. 105)

Não por acaso, a China (mais do que a Rússia ou a Índia) é (corretamente) identificada como o maior desafio dos EUA no século XXI.

Consolida-se, nos EUA, um consenso bipartidário sobre o imperativo de estabelecer limites à expansão da influência chinesa. (...) Como na Guerra Fria, desenha-se uma estratégia de contenção de longo prazo. Com Xi Jinping, a ‘diplomacia do sorriso’ ficou no passado. ‘A China já não teme ninguém’. (...)

A China que já não sorri coloca em evidência o tema da emergência de uma grande potência em uma ordem internacional construída pela principal potência anterior. O exemplo da ascensão de uma ‘potência satisfeita’, que vê a ordem existente como moldura adequada para alcançar seus objetivos nacionais, como o Japão do pós-Guerra, já não se aplica ao caso chinês. A China tornou-se uma ‘potência insatisfeita’, como a Alemanha do entreguerras, que enxerga a *pax americana* como obstáculo a seus interesses nacionais.

Multiplicam-se as superfícies de atrito. (...)

Durante a Guerra Fria, os EUA ergueram ao redor da URSS um ‘cordão sanitário’ de alianças político-militares que se estendiam da Europa ao Extremo Oriente. O ‘isolamento’ que se esboça em torno da China é diferente, pois seus componentes são militares e tecnológicos e, ainda, porque o parque industrial chinês não será desligado da economia mundial.

A globalização não sai de cena, mas ingressa em nova etapa, crivada pelo antagonismo sino-americano. (DEMÉTRIO MAGNOLI. Um Novo ‘Cordão Sanitário’, *O Globo*, 27 jul 2020, p. 3)

Trata-se, em última análise, de um verdadeiro “contraditório” contemporâneo, que se “infiltra silenciosamente” nos países subdesenvolvidos, tornando-os reféns, não somente dos “generosos” empréstimos (para a construção de infraestruturas), e de investimento em produção de matérias-primas (inclusive *commodities* agrícolas), mas, sobretudo, do resultado exportável, cujo principal (e às vezes único) mercado é o concebido pela própria “metrópole” chinesa.

A economia chinesa cresceu tanto que é fácil esquecer como a metamorfose do país em uma potência era improvável, o quanto sua ascensão foi improvisada e veio do desespero. A proposta que saiu das montanhas, logo adotada como política de governo, foi um primeiro passo crucial.

A China agora lidera o mundo em índices como número de proprietários de casas, usuários de internet, universitários e, dizem, também de bilionários. A pobreza extrema caiu para menos de 1% da população. Um lugar estagnado e empobrecido se tornou o maior rival dos Estados Unidos desde o fim da União Soviética. Agora, um desafio histórico tem lugar. O presidente Xi Jinping promove uma agenda externa mais assertiva, enquanto endurece em casa. Com o governo Trump tendo lançado uma guerra comercial contra a China, em Pequim, a questão não é mais como alcançar o Ocidente, mas como avançar, em uma era de hostilidade dos EUA.

O padrão é recorrente: um poder em ascensão desafia o estabelecido. Uma complicação também é familiar: por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. No período, os EUA presumiram que a China um dia cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade alimentaria pedidos por liberdade e democratizaria o país. Ou, então, que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Os líderes chineses abraçaram o capitalismo (em uma formatação não liberal), mas continuam a se chamar de marxistas. Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas.

Em setembro de 2019, a China celebrou 70 anos de governo comunista, superando a União Soviética. A economia do país caminha para virar a maior do mundo por ampla margem. Os comunistas chineses estudaram com afinco os erros soviéticos. Concluíram que abraçariam 'reformas' para sobreviver, mas que isso não incluiria a democratização.

(...)

O longo *boom* econômico do país seguiu o excesso autocrático da Revolução Cultural, que dizimou o aparato do partido. O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, guiou o país em uma direção radicalmente mais aberta. Mandou jovens autoridades chinesas para o Ocidente para estudar como as economias modernas funcionavam. Investiu em educação, expandiu o acesso a escolas e universidades e quase eliminou o analfabetismo. A China agora produz mais graduados em ciência e engenharia por ano do que os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan juntos.

Outra explicação para as transformações está em mudanças burocráticas. Analistas às vezes dizem que a China abraçou a reforma econômica e resistiu à políti-

ca, mas o partido fez mudanças após a morte de Mao que não foram profundas a ponto de gerarem eleições livres, mas ainda assim significativas. Introduziu limites de mandato e idades de aposentadoria compulsória, o que facilitou a expulsão de funcionários incompetentes. E reformulou os boletins usados para avaliar os líderes locais, concentrando-se quase exclusivamente em metas econômicas concretas. Os ajustes tiveram impacto tremendo, injetando uma dose de prestação de contas e de competição no Sistema Político. Segundo Yuen Yuen Ang, cientista política da Universidade de Michigan, 'a China criou um híbrido único, uma autocracia com características pretensamente democráticas'. (PHILIP P. PAN. *A Metamorfose da China em Potência Global*, O Globo, 20 nov 2018)

Vale reprimir que as reconhecidas vitórias geopolíticas de Ronald Reagan/Bush (1981-1993) – com sua política de *contraforça* contra o desafio do comunismo soviético – e de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) – por intermédio de uma muito bem engendrada política de destruição da ameaça nazifascista (das forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão), bem como da neutralização do colonialismo franco-britânico –, somente se tornaram plenamente possíveis por conta da correta análise da situação internacional. Tal assertiva refere-se ao período da última fase da Guerra Fria, no caso do período Reagan/Bush e ao momento histórico pré-Segunda Guerra Mundial (em que, em essência, os EUA rivalizaram com três diferentes polos de poder) e, sobretudo, durante o próprio desenrolar do mais sangrento conflito que a história humana testemunhou, no caso do período de 1933 a 1945.

Ainda que o sucessor de Roosevelt, Henry Truman (1945-1953) não fosse dotado da mesma inteligência perceptiva de seu antecessor – identificando com nitidez os diferentes (e antagônicos) interesses das principais potências no contexto da Segunda Guerra Mundial e, igualmente, dos momentos seguintes a ela –, é fato que, ainda assim, os EUA lograram, naquele episódio, no mínimo, uma vitória (geopolítica) parcial. Assim, ascendeu a posição de *hegemon* do Sistema Internacional, pelo menos até o início da década de 1950 (ainda que, para alguns estudiosos, até o final do governo Eisenhower – 1953-1961).

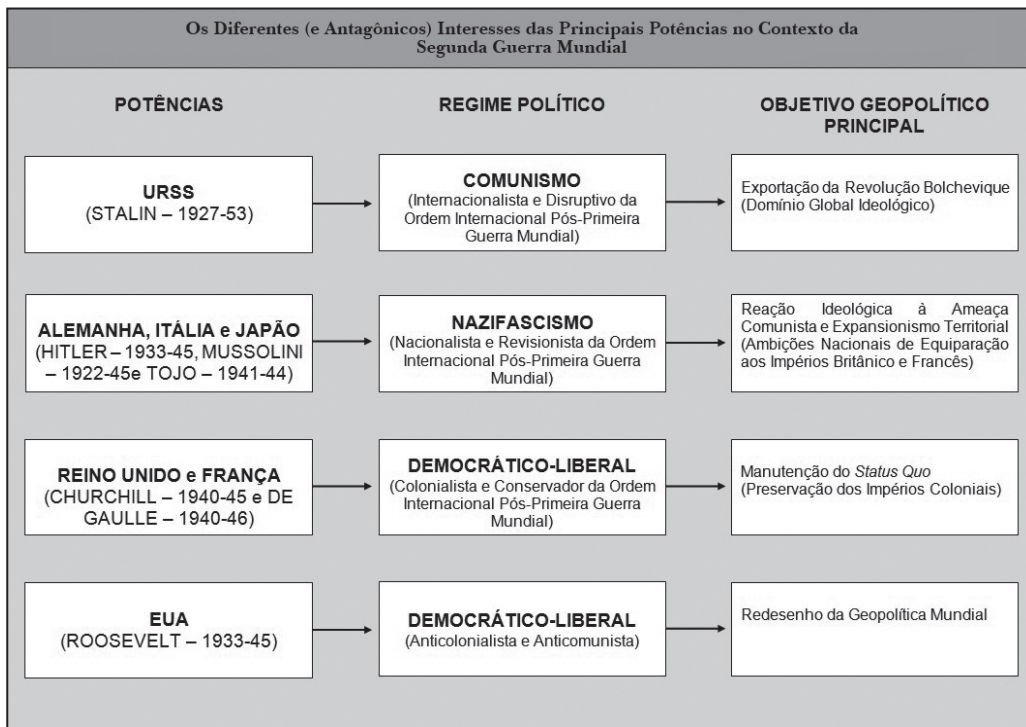


Figura 2  
Fonte: O autor

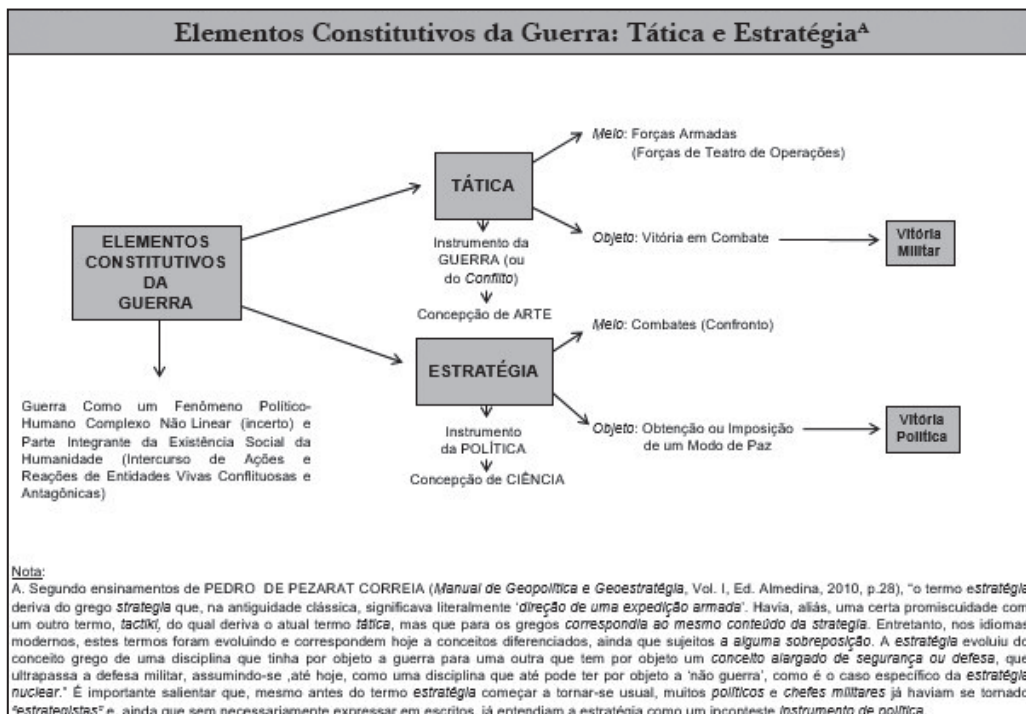


Figura 3  
Fonte: O autor

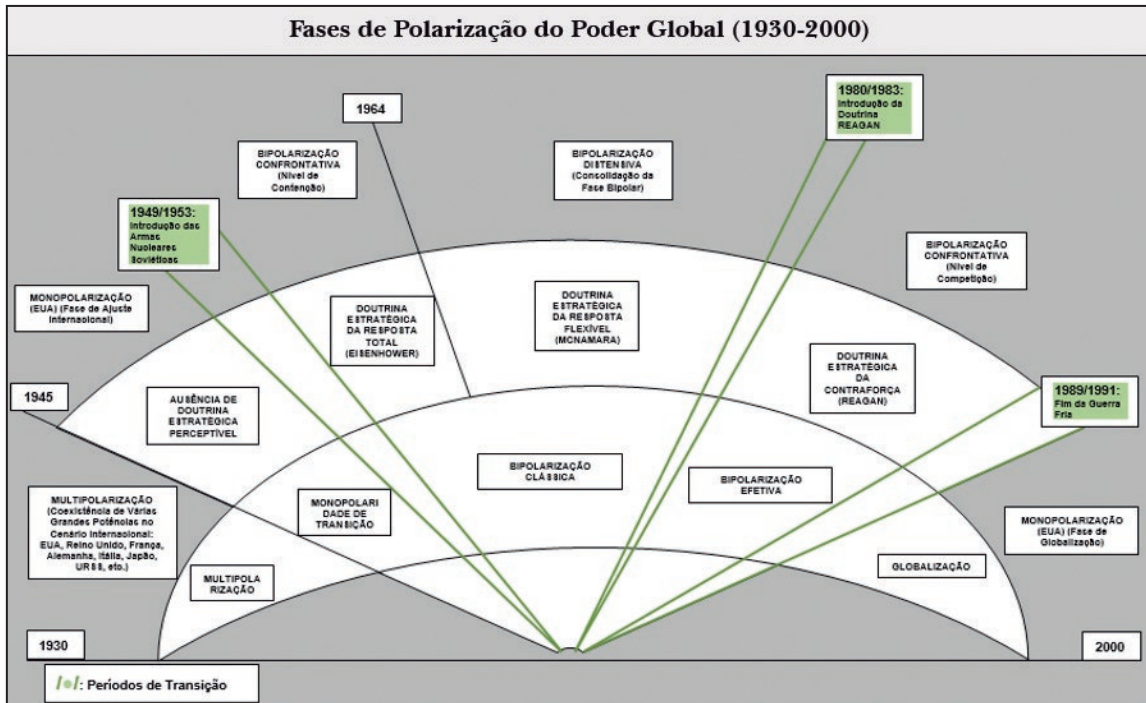


Figura 4  
Fonte: O autor

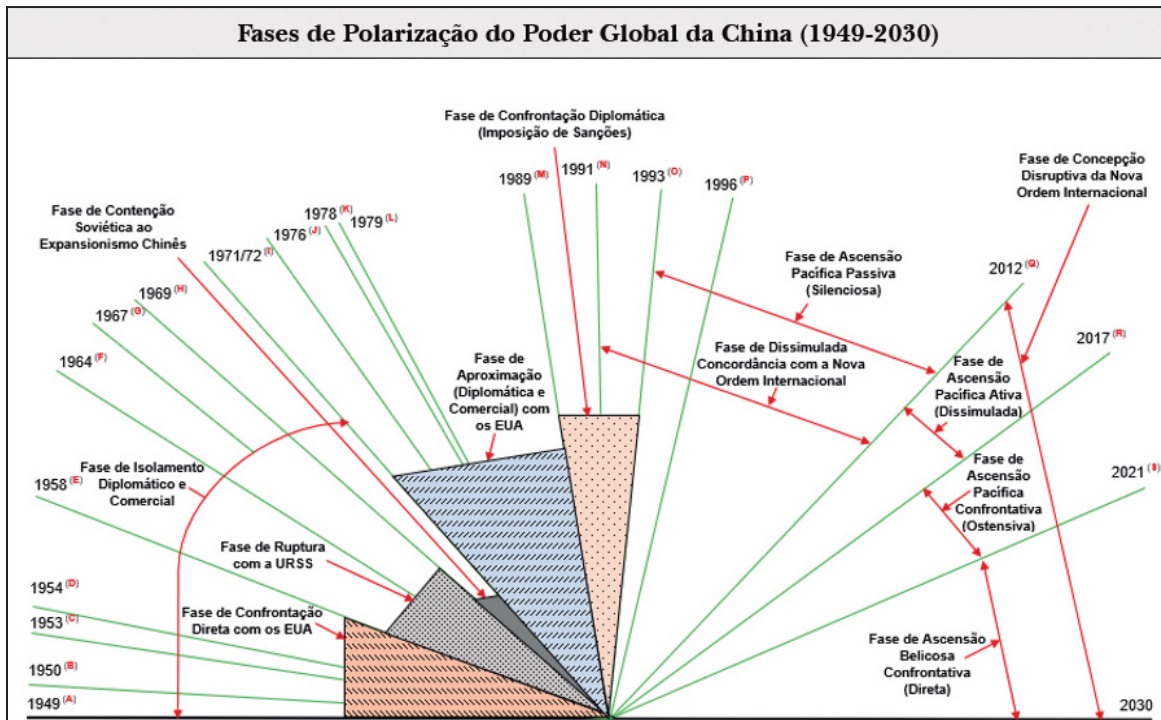


Figura 5  
Fonte: O autor

## Fases de Polarização do Poder Global da China (1949-2030) – Notas

### Notas:

- A. (1949):** - Detonação da Primeira Bomba Atômica Soviética (29/08/1949)
- Vitória da Guerrilha de MAO TSE-TUNG e Promulgação da República Popular da China (01/10/1949)
- B. (1950):** - Início da Guerra da Coreia (25/06/1950)
- Invasão Chinesa do Tibete (06/10/1950)
- C. (1953):** - Fim da Guerra da Coreia (27/07/1953)
- Explosão da Primeira Bomba de Hidrogênio (Termonuclear) Soviética (12/08/1953) de 400Qt, 10 meses após a Explosão da Primeira Bomba de Hidrogênio (Termonuclear) Estadunidense (31/10/1952), de 10,4Mt (Ivy Mike)
- D. (1954):** - Primeira Crise do Estreito de Taiwan
- E. (1958):** - Segunda Crise do Estreito de Taiwan
- F. (1964):** - Reconhecimento Diplomático da RPC pela França (27/01/1964)
- Detonação da Primeira Bomba Atômica Chinesa (16/10/1964)
- G. (1967):** - Detonação da Primeira Bomba de Hidrogênio (Termonuclear) Chinesa (17/06/1967)
- H. (1969):** - Início das Hostilidades Fronteiriças entre a China e a URSS
- Início da Efetiva Contenção Ativa ao Expansionismo Chinês
- I. (1971/72):** - Substituição de Taiwan pela RPC como Representante no Conselho de Segurança da ONU (23/11/1971)
- Fim do Isolamento Diplomático e Comercial da RPC
- Visita Histórica de NIXON a Pequim (21 a 28/02/1972)
- J. (1976):** - Morte de MAO TSE-TUNG (09/09/1976) e Fim da Revolução Cultural (Expurgos de Líderes Chineses, Iniciada em 16/05/1966)
- K. (1978):** - Oficialização de DENG XIAOPING como Chefe do Comitê Central do Partido Comunista da RPC (08/03/1978)
- L. (1979):** - Reconhecimento Diplomático Pleno da China pelos EUA no Governo CARTER (01/01/1979)
- Corte das Relações Diplomáticas dos EUA com Taiwan e Fechamento das Bases Militares Norte-Americanas no Arquipélago (26/04/1979)
- M. (1989):** - Massacre da Praça da Paz Celestial (04/06/1989)
- Início das Sanções Norte-Americanas (05/06/1989)
- N. (1991):** - Guerra do Golfo (17/01 a 28/02/1991)
- Término da Guerra Fria. Fim da URSS (26/12/1991)
- Início da Nova Ordem Internacional
- O. (1993):** - Início da Fase de Ascensão Pacífica Passiva (Silenciosa) da China
- P. (1996):** - Terceira Crise do Estreito de Taiwan
- Q. (2012):** - Ascensão de XI JINPING ao Poder (Secretário-Geral do Partido Comunista da China – 15/11/2012) e sua Oficialização como Presidente (15/03/2013)
- Início da Fase de Ascensão Pacífica Ativa (Dissimulada) da China
- R. (2017):** - Início da Fase de Ascensão Pacífica Confrontativa (Ostensiva) da China
- S. (2021):** - Início da Fase de Ascensão Belicosa Confrontativa (Direta)

Figura 6

Fonte: O autor

Em última análise, somente com a correta e precisa *identificação* de todos os efetivos *inimigos* e potenciais *adversários* no contexto geopolítico mais amplo – e mesmo em situações pontuais, em específicos teatros de operações –, é que é possível, por intermédio de uma *estratégia* coerente e muito bem delineada (com a correspondente *determinação* em alcançá-la), conduzir à efetiva vitória de natureza política. Cabe ressaltar que ela estaria eventualmente condicionada a preliminares vitórias militares no espectro tático, considerando que estratégia (como instrumento da política) e tática (como instrumento do conflito) são comumente descritas como os elementos constitutivos da guerra (entendida como um fenômeno político-humano complexo não linear e parte integrante da existência social da humanidade no intercurso de ações e reações de entidades vivas conflituosas e antagônicas).

## Notas complementares

### 1º Estadistas, líderes, administradores e gestores

O mundo já experimentou, em sua longa história – com especial ênfase, a partir do século XX –, os mais

diversos tipos de governantes, ainda que, com raras exceções, autênticos líderes (e, sobretudo, estadistas) providos de verdadeira autoridade.

“A verdade é filha do tempo, não da autoridade.”  
(FRANCIS BACON)

Não obstante, porém, as mais diversas análises de cunho subjetivo (e julgatório), é fato que a humanidade efetivamente conheceu, em determinados momentos históricos, verdadeiros estadistas, independentemente de ideologias, caráter ou quaisquer outras considerações, que, ostentando essa especial condição, lograram alterar – se não o curso da própria história –, no mínimo, o destino de suas respectivas nações, como Adolf Hitler (Alemanha – 1931/1945); Franklin Delano Roosevelt (Estados Unidos da América – 1933/1945); Josef Stalin (União Soviética – 1927/1953), Winston Churchill (Reino Unido – 1940/1945 e 1951/1955); Ronald Reagan (Estados Unidos da América – 1981/1989); dentre outros.

Se olharmos o mundo de hoje, veremos que há excesso de políticos e escassez de estadistas. Homens como Churchill, Schuman, Adenauer, De Gasperi, Roosevelt já não existem. Nos Estados Unidos, Clinton,



em face da globalização da economia que beneficia os países desenvolvidos, teve um governo economicamente bom, embora tenha sido um presidente sofrível. Não foi um estadista. Os presidentes que o sucederam também careceram do perfil. A Europa vive um deserto de lideranças. Na Alemanha, o CDU desaparece (e seu grande líder, Kohl) e Merkel não demonstrou maior vocação para discutir os verdadeiros problemas mundiais. O mesmo se diga da Inglaterra, França e Itália, hoje lideranças medianas. (...)

O grande desafio, portanto, em um mundo pleno de desafios, é superar a mediocridade dos dirigentes mundiais, que não estão à altura da imensidão de problemas a enfrentar, mais sujeitos aos ventos das circunstâncias do que à geração das próprias circunstâncias capazes de equacionar a magnitude dos problemas. (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS. *A Era das Contradições: Desafios da Humanidade*, São Luís, Livraria Resistência Cultural Editora, 2019, p. 115)

Estadista é, em essência, um homem de Estado que revela grande raciocínio, extraordinária habilidade administrativa e elevado discernimento político.

O estadista busca o bem de seu país mesmo que à custa do poder. O político busca o poder mesmo que à custa de seu país.

(...) Mesmo que sejam bons, o estadista e o político diferenciam-se pelo nível de seus ideais. Os do estadista superam os seus próprios interesses. Os do político subordinam-se a seus interesses. (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS. *Reflexões sobre a Vida*, 2ª ed., São Paulo, Bartira Gráfica, 2016, p. 122)

Estadista, portanto, não se confunde com líder, que se traduz por alguém que, não obstante possuir notáveis qualidades de inspirar e influenciar as pessoas a seu redor (e, até mesmo, conduzir o povo), não necessariamente possui um cargo formal.

Também restam claras as nítidas diferenças entre estadistas e simples administradores e gestores (muitas vezes apenas “políticos”). Estes, ao contrário dos primeiros e, igualmente, dos líderes, muitas vezes passam seu tempo concentrados em conduzir suas tarefas dia a dia, não idealizando uma visão estratégica de longo prazo, sendo absolutamente incapazes de alterar o curso histórico de uma nação.

Os políticos pensam nas próximas eleições, e os estadistas, nas próximas gerações. (JAMES FREEMAN CLARKE, theologian norte-americano, 1810-1888; Library Journal, R. R. Bowker Co., 1883)

## <sup>2</sup>Globalização e globalismo

Em linhas gerais, *globalização* é o termo que se emprega para traduzir o processo de integração política, econômica e cultural mundial, marcado pelos avanços nos meios de comunicação, com especial ênfase após a revolução digital (Terceira, e para alguns, Quarta Revolução Industrial).

A globalização é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, que teria sido impulsionada pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. (AL-RODHAN, R.F. NAYEF e GÉRARD STAUDMANN. *Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition*, Wayback Machine, 2006. ALBROW, MARTIN and ELIZABETH KING. *Globalization, Knowledge and Society*, Londres, Sage, 1990. STEVER, H. GUYFORD. *Science, Systems, and Society*, Journal of Cybernetics, 1972)

Já o chamado *globalismo*, em sentido significativamente diferente, é o vocábulo que busca, no século XXI, explicar o processo político de transnacionalização dos capitais (iniciando-se, de forma muito tímida, nos anos de 1960 e 1970), e que foi, ainda de forma muito incipiente, identificado por Adolf Hitler no final da Primeira Guerra Mundial – 1914/1918, e, equivocadamente (além de preconceituosamente), atribuído, em parte, à comunidade judaica.

Existe o globalismo e existe a globalização. O globalismo é um conceito político. Já a globalização é um conceito econômico (...) globalização econômica significa livre comércio e livre mercado (...) globalismo é uma política internacionalista (...) o argumento central do globalismo é a necessidade da existência de um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial, capaz de lidar com os problemas cada vez mais complexos deste mundo (...) Nesse sentido, a ideia clássica do Estado-Nação teria se tornado obsoleta, devendo ser substituída por um poder político transnacional, globalmente

ativo e imune aos desejos de uma comunidade nacional (...) A noção de globalização é (ou foi) defendida, dentre outros, por Steve Jobs, Jeff Bezos e Michael Dell, ao passo que o globalismo se identifica com a Comissão Trilateral, os Rockefellers, os Rothschilds e com o pensamento de George Soros (...). (THORSTEN POLLEIT. Disponível em: /SearchByAuthor.aspx?id=197&type=articles. Acesso em: 1º mar 2017)

A aludida concepção (que emergiu, sobretudo, como a parte verdadeiramente vitoriosa do conflito a que muitos, corretamente, interpretaram como “tripolar”, inerente aos últimos anos da Guerra Fria – 1947/1991) foi amplamente difundida (ainda que várias vezes confundida com a globalização econômica) por intermédio da chamada Nova Ordem Internacional, inaugurada pela subsequente doutrina político-estratégica norte-americana.

A ordem do pós-guerra surgiu de duas fontes paralelas. De um lado, a ruína da ordem estatal anterior, devastada pela fogueira do nazifascismo. De outro, o avanço do sistema soviético sobre o Leste da Europa. Do Plano Marshall em diante, ergueu-se uma nova ordem alicerçada na aliança transatlântica entre EUA e Europa Ocidental, que se estruturou em torno de instituições multilaterais de segurança (ONU) e de coordenação econômica (FMI, Banco Mundial). O ‘globalismo’, no termo cunhado pelos neonacionalistas, preveniu a restauração do fascismo e derrotou o totalitarismo comunista. (...) Ele nasceu de um duplo ‘não’: a Hitler e a Stalin. A chamada ‘ordem liberal’ é uma tela formada por camadas de pintura superpostas, produzidas tanto pelo liberalismo progressista como pela social-democracia. (DEMÉTRIO MAGNOLI. *O que Querem os ‘Antiglobalistas’*, 14 jan 2019, p. 3)

Inclusive, conforme (implicitamente) declarado por George Bush (1989-1993), em seu discurso sobre o estado da União, proferido em 31 de janeiro de 1991, *verbis*:

“Por mais de 40 anos, a América e seus aliados mantiveram o comunismo sob controle e garantiram que a democracia continuasse a existir. E hoje, com o comunismo desmoronando, nosso objetivo deve ser garantir o avanço da democracia, liderando a construção da paz e da melhor esperança da liberdade: uma grande e crescente comunidade de nações livres. E para o Congresso e para todos os americanos, digo que é hora de consagrar um novo consenso em casa e no

exterior, uma visão comum do mundo pacífico que queremos ver. (George Bush. *Discurso sobre o Estado da União*, Congresso dos Estados Unidos, Washington, D.C., 31 jan 1991)

E, mais tarde, de forma ainda mais incisiva – referindo-se expressamente a uma Nova Ordem Mundial e sobre uma *pax universalis* substitutiva da *pax americana* –, trazendo, de forma mais clara, uma nova era “globalista”.

Onde as instituições de liberdade permanecem latentes, as Nações Unidas podem oferecer-lhes uma nova vida. Essas instituições desempenham um papel crucial em nossa busca por uma Nova Ordem Mundial, uma ordem na qual nenhuma nação deve renunciar a um pingote de sua própria soberania, uma ordem caracterizada pelo Estado de Direito e não pelo recurso à força, pela solução cooperativa de disputas ao invés de anarquia e derramamento de sangue, e por uma crença implacável nos direitos humanos.

Finalmente, vocês podem estar se perguntando sobre o papel da América no novo mundo que descrevi. Deixe-me assegurar-lhes que os Estados Unidos não têm a intenção de lutar por uma *pax americana*. No entanto, continuaremos engajados. Não vamos recuar e regressar ao isolacionismo. Vamos oferecer amizade e liderança. Em resumo, buscamos uma *pax universalis* (paz universal), construída sobre responsabilidades e aspirações compartilhadas. (GEORGE BUSH. *Discurso na Assembleia Geral da ONU*, Nova York, 23 set 1991)

A questão, todavia, foi renegada a um perigoso reducionismo – particularmente após a saída de Ronald Reagan do poder (1989) –, posto que seu sucessor (aparentemente) não conseguiu perceber as nítidas diferenças entre a globalização política – e os efeitos econômicos e geopolíticos dela derivados (globalismo) – e a (almejada) globalização econômica.

Em apertada síntese, o globalismo (ou globalização política) representa o autoritarismo e a centralização do poder político em escala mundial, enquanto a globalização econômica – que nada mais é do que a divisão do trabalho e o livre comércio – representa a descentralização e a liberdade, promovendo uma produtiva e, ainda mais importante, pacífica cooperação além-fronteiras. (THORSTEN POLLEIT. Disponível em: /SearchByAuthor.aspx?id=197&type=articles. Acesso em: 1º mar 2017)

Ademais, a própria crise do capitalismo – e, particularmente, seus efeitos na redistribuição de poder global – não foi muito bem compreendida por George Bush (1989-1993) e, sobretudo, por seus sucessores na Casa Branca, que, mediante uma visão nitidamente bipolar da Guerra Fria, não perceberam uma nova realidade tripolar que surgia silenciosamente no horizonte, com especial ênfase a partir da década de 1970, e que, posteriormente, tanto favoreceu a China, criando mais um formidável adversário dos EUA financiado por capitais (transnacionais) norte-americanos.

Um ponto fundamental defendido por Zbigniew Brzezinski para a reestruturação da diplomacia dos Estados Unidos com o mundo seria um tratamento das relações econômicas internacionais e de ajuda externa de forma mais despolitizada, mesmo que a finalidade básica última ainda continuasse na órbita política. Nesse sentido, seria providencial dar um papel mais elevado aos organismos internacionais encarregados dessa tarefa e à eliminação das restrições comerciais, o que em muito favoreceu, a partir da gestão Carter, o fortalecimento do que era chamado à época de transnacionalização do capital e é hoje mais conhecido, em uma vertente mais complexa, por globalismo. (...)

Um dos mais importantes aspectos de sua doutrina propositiva para o governo Carter – e presente em sua obra *Entre Duas Eras* (América. Laboratório do Mundo, Rio de Janeiro, Artenova, 1971) – foi intitulado ‘Uma Comunidade das Nações Desenvolvidas’, em que se propôs claramente aquilo que seria denominado por Comissão Trilateral. Dentre as noções básicas para a criação da Trilateral, destacavam-se: 1) a ideia de que a ameaça do Terceiro Mundo deveria ser combatida por outras formas que não a confrontação direta; 2) a noção de interdependência; 3) a ideia da existência de uma ‘crise da democracia’; 4) o clamor pela união das ‘sociedades avançadas’, concepções que permitiram, em última análise, a consolidação de uma espécie de terceiro polo do poder global, que, não obstante ter auxiliado no combate ao comunismo soviético na década de 1980 (conduzindo à fragmentação daquela ameaça), criou as bases para uma Nova Ordem Mundial (globalista) em que os EUA apenas – aparente e temporariamente – se reergueriam como o *hegemon* do Sistema Internacional. Essa nova realidade restou clara com as transferências (diretas e indiretas) de recursos para a China (e, em menor escala, para outras nações), que, no segundo decênio

do século XXI, oficializou o início da Segunda Guerra Fria. (REIS FRIEDE. Fragmentos da Palestra “Guerra Assimétrica Reversa e Desafios para o Século XXI”, proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR em 21 mar 2018)

Além disso, o capitalismo tradicional já apresentava, à época, sinais de uma profunda crise, a ensejar algum tipo de resposta.

O capitalismo encontra-se em uma crise profunda. Desde meados da década de 1970, a desigualdade aumentou em pelo menos dois terços dos países. É possível adotar algumas medidas, e alguns programas sociais eficazes, mas não muito além disso. Se começar a seguir esse caminho com ênfase, vai começar a custar muito caro. Então esse tipo de modelo antigo de social-democracia, que deixava o mercado gerar desigualdade, para depois redistribuir, parece ter realmente chegado ao limite. (ADAM PRZEWORSKI. *Crise da Democracia*, Companhia das Letras, 2020)


Sem muito esforço, é cediço concluir, portanto, que o motivo central que conduziu o ambiente internacional ao grande desafio da presente centúria – protagonizado, dentre outros elementos, pela não aceitação da Nova Ordem Internacional (com sua correspondente irradiação de globalização econômica ao estilo da democracia liberal estadunidense) pela China (na qualidade de potência disruptiva), pela Rússia (na qualidade de potência revisionista) e, em parte, pela Índia (na qualidade de potência reativa) – foi (e continua a ser) a imprecisa identificação dos seus reais adversários, bem como, particularmente, a dificuldade de prever os efeitos para o futuro dos EUA, sobretudo em função da baixa percepção das graves (e notáveis) consequências do globalismo nas relações globais e também relativo aos próprios indivíduos, como parte integrante das coletividades nacionais.

Há uma crise de identidade ligada à globalização, explica Moïsi. Quanto mais global, interdependente e transparente é o mundo, mais os cidadãos embarcam em uma busca identitária, enfatizando o culto à diferença. (DOMINIQUE MOÏSI apud MARC BASSETS, analista do El País. *Juntos Cem Anos Depois, mas com Visões Diferentes*, O Globo, 12 nov 2018, p. 19)

Por efeito consequente, a Nova Ordem Mundial (e sua correspondente contestação, sobretudo pela

China) é resultado direto do processo de globalização econômica que permitiu aos EUA, por um breve período, ingressarem em uma nova fase de uni ou monopolaridade, que, ao menos até a inauguração do século XXI, parecia não estar sendo distorcida pelo viés político do globalismo.

O livre mercado nunca foi completamente livre, e a ideia de um mercado global completamente liberali-

zado foi desacreditada muito antes de Trump. Algumas formas de proteção nacional sempre existiram, e as demandas por isso cresceram desde a crise de 2008. Não é apenas a extrema-direita que acredita que o livre-comércio foi muito longe. Se os partidos de centro-esquerda não aprenderem rápido que a globalização econômica não é mais uma proposta vencedora, eles vão mesmo desaparecer do cenário político, e isso não vai levar muito tempo. (WOLFGANG STREECK. *Revista Época*, nº 1.064, 19 nov 2018, p. 39) 

---

## Referências

- WORLD POWER ASSESSMENT. **A Calculus of Strategic Drift**. Boulder, Colorado: Westview Press, Inc., 1977.
- THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGICS STUDIES. **The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics**. Londres. 2019.
- FRIEDE, R. **O Poderio Soviético e a Política de Defesa de Moscou**. 4. ed. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1980.
- ROBERT STEVENSON, A. C. P. **Las Firmas Multinacionales y el Proceso de Internacionalización**. Business Week, 1970, Madri, 1975.
- A Economia Mundial: as Empresas Multinacionais**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.
- JUNIOR, J. S. N.; KEOHANE, R. D. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Little: Brown, 1977.
- JOHN D. LOCKTON. *apud* **A Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.
- PAN, P. P. **A Metamorfose da China em Potência Global**. O Globo, Rio de Janeiro, 20 nov 2018.